O novo movimento litúrgico após o pontificado de Bento XVI

Church Music Association of America

St Paul, Minnesota, 15 de Outubro de 2013

Alcuín Reid

Dom Alcuin Reid é um monge da Mosteiro de Saint-Benoît na Diocese de Fréjus-Toulon, França. Após estudos em Teologia e Educação em Melbourne, Austrália, obteve um doutoramento no King's College, Universidade de Londres, com uma tese sobre a reforma litúrgica do século XX (2002), que foi posteriormente publicada como *The Organic Development of the Liturgy* com prefácio do Cardeal Ratzinger (Ignatius, 2005; trad. it. *Lo sviluppo organico della Liturgia*, Ed. Cantagalli 2013). Leccionou internacionalmente e publicou extensivamente sobre a sagrada liturgia, incluindo *Olhando novamente para a questão da liturgia com o cardeal Ratzinger* (2003), *O diurno monástico* (2004), *As cerimónias do rito romano descritas* (2009). Sua nova edição de *A Bitter Trial: Evelyn Waugh and John Carmel Cardinal Heenan on the Liturgical Changes* foi publicada pela Ignatius Press em outubro de 2011. Em nome do seu Bispo, Dom Alcuíno foi o principal organizador de *Sacra Liturgia 2013*, a Conferência internacional sobre o papel da formação e celebração litúrgica na vida e missão da Igreja, realizada em Roma em Junho de 2013, e é o editor de suas Actas publicadas pela Ignatius Press em 2014.

Resumo:

A eleição, em Abril de 2005, do Cardeal Joseph Ratzinger para o Trono de Pedro deu um impulso significativo ao "novo movimento litúrgico" para o qual tinha convocado alguns anos antes e que já tinha feito muito pessoalmente para promover. O seu exemplo, ensino e actos de governo como Papa deram mais impulso ao movimento.

A renúncia inesperada de Bento XVI, em Fevereiro de 2013, e a eleição de um novo papa com uma abordagem aparentemente diferente da Sagrada Liturgia levantaram questões, incluindo as iniciativas de Bento XVI que devem agora ser deixadas de lado e substituídas pelo que se presume serem os princípios litúrgicos por trás do estilo do actual Papa. Em alguns círculos, surgiu a preocupação de que os verdadeiros progressos feitos nos últimos anos se percam agora. Noutros, estes acontecimentos são considerados como uma boa oportunidade para relegar a "liturgia ao estilo de Bento XVI" e regressar às práticas litúrgicas difundidas nas décadas de 1960-1990.

Este artigo recorda aspectos pertinentes da doutrina católica sobre o ofício papal, incluindo as suas limitações, e reflecte sobre o seu impacto litúrgico no mundo contemporâneo, particularmente à luz da realidade dos meios de comunicação mais imediatos.

O artigo revisita os fundamentos do novo movimento litúrgico e reflecte sobre a natureza da reforma litúrgica de Bento XVI, com referência aos princípios do *movimento litúrgico* do século XX e da Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*.

À luz destas considerações, o artigo procura articular princípios e caminhos futuros para um novo movimento litúrgico que sirva este movimento agora que o seu "pai", Bento XVI, já não é o pontífice reinante.

Introdução

No início da noite de 19 de Abril de 2005, o Cardeal Protodiácono anunciou a eleição do Cardeal Joseph Ratzinger para o papado. Pouco depois, o novo papa apareceu na varanda central da Basílica de São Pedro revestido das vestes corais próprias do Papa e concedeu a bênção *Urbi et Orbi*.

Na noite de 13 de Março de 2013, outro Cardeal Protodiácono anunciou a eleição do Cardeal Jorge Mário Bergoglio SJ como Papa. O Papa Francisco apareceu na mesma varanda apenas com uma batina branca, em contraste gritante com os seus antecessores. O Mestre de Cerimónias Apostólicas ao seu lado carregava uma estola que o papa usou apenas para a bênção.

O traje do Papa Bento XVI passara despercebido (salve-se, talvez, o cardigã preto saindo por baixo das mangas brancas - aparentemente o cardeal Ratzinger não tinha um branco na sua bolsa "por precaução!"): os media mundiais estavam muito ocupados a consultar histórias sobre o novo "Papa Rottweiler" e vários católicos estavam buscando champanhe para celebrar, ou algo muito mais forte para afogar suas tristezas.

No entanto, o traje do Papa Francisco foi notado. Foi uma declaração. Foi claramente uma decisão pessoal, uma rejeição por parte do novo Papa de como os papas tradicionalmente investiam para a bênção *Urbi et Orbi* - que é, afinal, parte de um rito litúrgico, o *Ordo Rituum Conclavis*,¹ pelo que a maneira de sua aparição era notícia. Enquanto os media faziam reportagens sobre simplicidade e humildade de Francisco, em alguns círculos católicos, o champanhe e elixires mais fortes eram procurados mais uma vez, mas desta vez a razão de quem estava bebendo foi invertida.

O Papa Bento XVI foi um Papa da Sagrada Liturgia e a sua eleição e pontificado deram grande impulso à "questão da liturgia". O Papa Francisco é um papa diferente, com seu próprio estilo e prioridades - e não há nada de errado nisso. De facto, na Providência de Deus Todo-Poderoso, fomos abençoados com muitos Sucessores de São Pedro ao longo da história, com diversos talentos e discernimentos, que serviram Cristo e a sua Igreja, segundo as necessidades do tempo.

Pelo menos não deve haver nada de anormal em os papas não serem idênticos. Mas, num mundo de meios de comunicação em cima do acontecimento, instantâneos e de uma Igreja marcada por décadas de "guerras litúrgicas", as escolhas litúrgicas do Bispo de Roma têm sido agitadas triunfantemente como qualquer padrão militar - seja a escolha de usar uma mitra creme com uma risca castanha, uma *férula* (báculo) ou uma *fanon*,² nada litúrgicos.

Será que estas escolhas anunciam verdadeiramente uma vitória? O estilo e a preferência pessoal de cada Papa determinam o que é, ou deveria ser, a liturgia da Igreja? Devemos, depois deste pontificado, esperar para ver quem sai vestindo o quê antes de sabermos o que é a Sagrada Liturgia e como devemos celebrá-la? Onde ficam os pastores, os ministros litúrgicos e os formadores, ou melhor, todos os fiéis de Cristo? E onde fica o que ficou conhecido como o "novo movimento litúrgico" para o qual o Cardeal Ratzinger tinha chamado,³ e ao qual o seu exemplo, ensino e actos de governo como Papa deram tanto impulso? Deve fazer as malas e ir para casa, por assim dizer, porque o seu "padroeiro" está agora reformado e a Igreja está sob nova gestão?

¹ *Ordo Rituum Conclavis*, Cidade do Vaticano 2000; Cf. não. 67, 75.

² Uma pequena capa de seda branca ornada com listras douradas e com uma cruz dourada à frente, colocada sobre os ombros. acima da casula e abaixo do pálio. Deixada de lado por Paulo VI, usada por João Paulo II e Bento XVI.

³ Cf. Joseph Cardinal Ratzinger, *O Espírito da Liturgia*, Inácio, São Francisco 2000, pp. 8-9.

Sugiro que seja necessário examinar a natureza do ofício papal e da Sagrada Liturgia, a fim de recolher alguns princípios que nos sirvam para abordar estas questões, independentemente do que os bispos presentes ou futuros de Roma escolham vestir ou não.

O Ofício Pontifício

O que é o ofício papal? Nas palavras do Santo Padre na Missa de Inauguração do seu Ministério Petrino, trata-se de um "serviço que tem o seu ponto culminante na Cruz".⁴ É a continuação do ministério específico dado por Cristo a Pedro, envolvendo tanto o *poder das chaves* (cf. Mt. 16, 18-19) como o dever de cuidar e alimentar as ovelhas do Senhor (cf. Jo 21, 15-19).

Sabemos, pelo Concílio Vaticano II, que este serviço ou ministério é «fonte e fundamento de unidade de fé e comunhão» para a Igreja, desejada e estabelecida pelo próprio Senhor (*Lumen gentium*, 18), e que o papado implica um primado na Igreja que inclui «o poder pleno, supremo e universal sobre toda a Igreja» (cf. *LG 22*). É um ofício exercido colegialmente com todos os bispos que, eles próprios, devem estar em comunhão com o chefe do Colégio, o Papa, para legitimamente exercerem o seu próprio ministério (cf. *LG 22*). Em circunstâncias bem definidas, o magistério papal goza da protecção divina da infalibilidade, algo que os bispos que ensinam em comunhão com ele também podem partilhar (cf. *LG 25*). O Concílio Vaticano II afirma ainda que:

A submissão religiosa do espírito e da vontade deve manifestar-se de modo especial ao autêntico magistério do Romano Pontífice, mesmo quando ele não está a falar *ex cathedra*; isto é, deve ser mostrado de tal modo que o seu magistério supremo seja reconhecido com reverência, os juízos feitos por ele sejam sinceramente respeitados, de acordo com a sua mente e vontade manifestas. Sua mente e vontade no assunto podem ser conhecidas pelo carácter dos documentos, por sua repetição frequente da mesma doutrina, ou por seu modo de falar (*LG 25*).⁵

Não há dúvida de que o ofício papal dá à Igreja um ministério único e poderoso, de facto, um ministério que fornece à Igreja fundada por Cristo um fundamento seguro face aos desafios e até mesmo ataques que ela encontra ao longo dos anos e séculos. O ofício papal é ao mesmo tempo consolação e segurança: se estou em comunhão com o Papa, sou membro da Igreja de Jesus Cristo e se sigo o ensinamento solene do Papa e dos bispos em comunhão com ele, não posso ser desviado.

No entanto, sabemos que na história houve bons e maus titulares do cargo papal. Nos últimos séculos, temos desfrutado de uma sucessão de papas moralmente bons que serviram a Igreja da melhor maneira possível. As suas iniciativas e políticas continuarão a ser avaliadas pela história, mas os próprios entregaram-se completamente, por vezes heroicamente, ao serviço da sua singular vocação de Sucessor de Pedro.

Há aqui um perigo. A natureza do papado, e o seu poder jurídico, quando combinado com incumbências moralmente boas, arrisca-se a criar um quase super-homem. A tentação de esquecer que ele é apenas o *Vigário* de Cristo e idolatrar o papa individual é real. Isso pode levar ao erro *ultramontanismo*: a crença de que *qualquer* opinião, acto ou julgamento do Papa não pode ser criticado, ou é mesmo infalível, pelo que deve ser seguido como ensinamento do próprio Cristo.

Não se trata de negar a autoridade do Papa. Mas é possível que um Papa faça um juízo autoritário que não diga respeito a uma questão de fé ou moral que seja irreflectida,

⁴ Homilia, Missa de Inauguração do Ministério Petrino, 19 de Março de 2013.

⁵ Ver mais: *Catecismo da Igreja Católica*, n. 874-896

errado, ou ruim. Nesses casos, ainda lhe devemos obediência — e o dever filial de lhe apresentar as nossas razões para acreditar que ele está em erro com respeito e humildade.

Assim, ao mesmo tempo que agradecemos a Deus Todo-Poderoso por papas moralmente bons, somos sábios em lembrar que eles, como homens, e até mesmo o próprio ofício papal, têm limitações. O Papa Bento XVI falou desta última quando tomou posse da *Cátedra* de São João de Latrão, em 2005:

O poder que Cristo conferiu a Pedro e aos seus sucessores é, em sentido absoluto, um mandato para servir. O poder do ensino na Igreja implica um compromisso ao serviço da obediência à fé. O Papa não é um monarca absoluto cujos pensamentos e desejos são lei. Pelo contrário: o ministério do Papa é garantia de obediência a Cristo e à sua Palavra. Ele não deve proclamar as suas próprias ideias, mas vincular-se constantemente a si mesmo e à Igreja à obediência à Palavra de Deus, face a todas as tentativas para a adaptar ou diluir, e a todas as formas de oportunismo...⁶

Esta é uma chamada de atenção muito sóbria vinda da boca de um papa reinante. As suas palavras evocam aquelas que ele escreveu como Cardeal menos de um ano antes, quando falou especificamente sobre os limites do papado e da reforma litúrgica. Tomando como ponto de partida o artigo 1125 do *Catecismo da Igreja Católica* ("Mesmo a autoridade suprema na Igreja não pode mudar arbitrariamente a liturgia, mas apenas na obediência da fé e com respeito religioso pelo mistério da liturgia"), o Cardeal Ratzinger argumentava:

Parece-me muito importante que o *Catecismo*, ao mencionar a limitação dos poderes da autoridade suprema na Igreja em relação à reforma, lembre qual é a essência do primado tal como delineado pelos Concílios Vaticano I e II: o Papa não é um monarca absoluto cuja vontade é lei, mas é o guardião da autêntica Tradição e, portanto, o principal garante da obediência. Ele não pode fazer o que quer, e assim é capaz de se opor às pessoas que, por sua vez, querem fazer o que lhes veio à cabeça. A sua regra não é a do poder arbitrário, mas a da obediência na fé. É por isso que, no que diz respeito à liturgia, ele tem a tarefa de um jardineiro, não a de um técnico que constrói máquinas novas e joga as antigas na pilha de lixo. O «rito», aquela forma de celebração e de oração que amadureceu na fé e na vida da Igreja, é uma forma condensada de tradição viva, na qual a esfera que o utiliza exprime toda a sua fé e a sua oração, e assim, ao mesmo tempo, a comunhão das gerações umas com as outras torna-se algo que podemos experimentar, comunhão com as pessoas que oram antes de nós e depois de nós. Assim, o rito é algo de benefício que é dado à Igreja, uma forma viva de *παράδοσις*, a transmissão da tradição.⁷

Os argumentos do Cardeal Ratzinger assumem a teologia litúrgica católica: a liturgia católica é nada menos do que "uma forma condensada de tradição viva na qual a esfera que usa esse rito expressa toda a sua fé e a sua oração". Os ritos e seus componentes multivalentes não são meras ferramentas utilizadas ou não em qualquer ocasião e mudadas de acordo com as preferências do ministro ou da comunidade, mas são meios privilegiados — na verdade, sacramentais — da nossa adoração ao Deus Todo-Poderoso e a Cristo, agindo na Sua Igreja, nos nossos dias. Estes meios evoluem, é claro, mas como adverte o *Catecismo*, «não arbitrariamente», mas «apenas na obediência da fé e no respeito religioso pelo mistério litúrgico».

Em relação ao papado, podemos dizer, então, que a Sagrada Liturgia goza de uma prioridade teológica em relação às preferências ou desejos pessoais de cada papa.

Historicamente, temos aqui um grave problema: pois é mais do que discutível que o Venerável Paulo VI tenha imposto a sua vontade pessoal à tradição litúrgica da Igreja ao implementar a reforma solicitada pelo Concílio Vaticano II. Os ritos que ele promulgou são

⁶ Homilia, Missa de posse da Cátedra do Bispo de Roma, 7 de Maio de 2005.

⁷ Prefácio: Alcuin Reid, *O Desenvolvimento Orgânico da Liturgia*, 2ª ed., Inácio, São Francisco 2005, pp. 1011. O Cardeal Ratzinger articulou argumentos semelhantes anteriormente, no capítulo 1 da parte IV do *O Espírito da Liturgia*.

propostos com a sua autoridade e válidos, mas a sua continuidade com a tradição litúrgica recebida está longe de ser clara. Também não é claro que estejam de acordo com a reforma moderada que o Concílio Vaticano II pediu. No entanto, essas reformas foram amplamente aceitas, quase sem dúvida, principalmente porque vieram do Papa. Como escreveu John Cardinal Heenan em Março de 1969: "Se o Santo Padre decidiu reformar a liturgia, devemos aceitar".⁸

É claro que os católicos querem confiar e obedecer ao Papa: são virtudes, justamente cultivadas. No entanto, podem deixar-nos a alguns passos entre o respeito filial e obediência que devemos ao Santo Padre e a adopção de um *ultramontanismo* acrítico que é justamente ridicularizado pelos protestantes e estranho ao Ofício de Pedro dado por Cristo à Sua Igreja. Este perigo é particularmente agudo no nosso mundo de uns media de transmissão imediata de imagem e texto, de modo que cada declaração e aparição do Papa já está "lá fora", por assim dizer, ainda antes de o próprio homem ter tido tempo de considerar o seu possível impacto.

Talvez não seja um problema tão novo. Há quase um século, o sacerdote e poliglota inglês, Adrian Fortescue, explicou a um amigo a sua exasperação com a posição da Santa Sé sobre a ciência bíblica e a posição do Papa Leão XIII a seu respeito:

Leão XIII compromete-se com a historicidade de todas as declarações, não obviamente uma citação do Antigo Testamento. Isso é absoluta e finalmente desesperante. Não é que se queira negar o que o Papa disse. Pelo contrário, temos as razões mais fortes para querer justificá-las. Mas, em matérias como esta, não se pode simplesmente recusar ser convencido pelas provas...! desejo que o Papa nunca fale a não ser quando quer definir *ex cathedra*. Então devemos saber onde estamos.⁹

Algumas das políticas do sucessor do Papa Leão XIII também levaram Fortescue à distração. Escrevendo a um irmão sacerdote, lamentou:

Temos defendido a nossa posição durante toda a nossa vida - unidade, autoridade, São Pedro, a rocha e assim por diante. Eu também tenho, e acredito nisso; Estou sempre pregando esse tipo de coisas, mas não será que agora se chegou a uma *reductio ad absurdum*? A centralização cresce e enlouquece a cada século. Mesmo em Trento, eles quase não previram esse tipo de coisas. Significa realmente que não se pode ser membro da Igreja de Cristo sem estarmos, como estamos, absolutamente à mercê de um lunático italiano?

... Devolva-nos os João ou os Estêvão do século X, ou até um Borgia, com Alexandre VI!... Foram menos desastrosos do que esta pessoa deplorável.¹⁰

Embora parte da linguagem de Fortescue seja forte, seus instintos são sólidos. Como ele ensinou aos seus paroquianos, os católicos "não são obrigados a admirar os personagens [dos papas] ou acreditar nas suas opiniões".¹¹ O ultramontanismo não faz parte da fé católica. Estar em comunhão com o Bispo de Roma não significa que se deva pensar que todas as suas palavras, obras e escolhas são divinamente inspiradas. Também não impede uma avaliação crítica respeitosa dos seus actos. De facto, pode-se argumentar que o perigo do *ultramontanismo*, e também o de possíveis distorções e interpretações equivocadas, particularmente à luz dos meios de comunicação modernos, sugerem aos titulares do cargo papal, e a seus assessores, a adopção de uma modéstia cuidadosamente ponderada nas suas palavras e na sua imagem.

⁸ Citado em: Alcuin Reid, *Uma amarga provação: Evelyn Waugh e John Carmel Cardinal Heenan sobre as mudanças litúrgicas*, 3ª ed., Inácio, São Francisco 2011, p. 23.

⁹ Citado em: Alcuin Reid ed., Adrian Fortescue, *O Papado Primitivo: ao Sínodo de Calcedônia em 451*, 4ª ed., Inácio, São Francisco 2008, p. 13.

¹⁰ Idem, pág. 12.

¹¹ Idem, pp. 10-11.

Desejo voltar à aparição do Santo Padre na varanda após a sua eleição em Março. Confesso que a falta de vestes corais me confundiu e perturbou. "Porque é que ele acharia necessário desprezar o traje litúrgico?" Perguntei-me. "O que diz isso sobre a compreensão e o respeito do novo Papa pela liturgia da Igreja?" Ponderei. Até hoje essas perguntas permanecem sem resposta. Todos nós já ouvimos as piadas sobre os jesuítas e a liturgia, e às vezes pode haver uma certa dose de verdade neles: os aspectos um tanto alitúrgicos de sua ordem e suas origens no período da ascendência da *devotio moderna* podem ajudar a explicar isso.¹² A respeito do nosso Papa jesuíta, até o Cardeal George Pell observou numa entrevista de Abril de 2013 que no início deste pontificado "liturgicamente, talvez, tenha havido, aqui e ali, alguma pequena oscilação".¹³

Sim, há diferenças litúrgicas claras entre o actual Papa e o seu antecessor. No entanto, a partir do que acreditamos sobre o ofício papal, pode-se e precisa ser dito claramente que o estilo litúrgico ou as preferências de um determinado papa não são lei e que é possível que um papa cometa erros de julgamento nesta área¹⁴ que erros, devido à sua posição e à divulgação instantânea de qualquer coisa que ele faça, pode transmitir mensagens confusas ou mesmo enganosas à Igreja e ao mundo em geral.

Para colocar esta questão em nítido relevo: de quem devem ser lavados os pés na missa da Quinta-feira Santa? Os dos homens ou das mulheres? Os pés de cristãos ou não-cristãos? Porquê? Com todo o respeito, sugiro que qualquer resposta baseada unicamente em "... porque o Papa o fez" é insuficiente, se não mesmo ultramontano.

Tal raciocínio não serve. Tal positivismo é simplesmente estranho à fé católica. A preferência papal não é o árbitro da liturgia da Igreja: são sólidos os princípios litúrgicos e teológicos. O Bispo de Roma exerce correctamente a sua autoridade quando, em matéria litúrgica, baseia os seus juízos nestes princípios. Se os ignorar, nos seus juízos ou na sua prática pessoal, arrisca-se a causar confusão, escândalo e desunião. O exercício da autoridade em relação à Sagrada Liturgia e o comportamento litúrgico pessoal de todos os Papas, prelados, outros clérigos e leigos são justamente avaliados de acordo com estes critérios.

Alguma confusão, e talvez mesmo desânimo, ocorreu certamente como consequência não intencional, mas real, das tais «oscilações» litúrgicas provocadas pelo Santo Padre. Ele parece ser um homem particularmente aberto e acessível e seria mais do que interessante conversar com ele sobre essas questões. Mas ele também é um homem que está muito ocupado, e com razão, sobre muitos assuntos importantes.

A concentração do Santo Padre noutros aspectos da vida da Igreja, e mesmo os erros que possa ter cometido na sua própria prática litúrgica, não significam que as iniciativas litúrgicas promovidas pelo seu predecessor sejam agora de algum modo menos importantes ou devam ser abandonadas. Essas iniciativas conservam a sua validade na medida em que se baseiam em princípios sólidos, e é a uma consideração daqueles que temos agora de nos voltar.

¹² Para um exemplo clássico de relegação jesuíta da Sagrada Liturgia ao status de mera devoção marginal, entre outros, ver: Jean-Joseph Navatel SJ, "L'Apostolat Liturgique et La Piété Personnelle" em: *Estudos*, 20 de novembro de 1913, pp. 449-476.

¹³ Cardeal George Pell: "Temos um Papa que tem lama nas botas" - Entrevista ao Vatican Insider (www.lastampa.it) publicado em 23 de abril de 2013.

¹⁴ Alguns podem considerar a decisão de 11 de Julho de 1992 do Beato João Paulo II de permitir que as mulheres sirvam no altar como um exemplo disso.

Princípios litúrgicos

Estes princípios estiveram no centro do movimento litúrgico "clássico" do século XX, cuja base foi articulada por São Pio X no seu seminal *Motu Proprio* de 22 de Novembro de 1903, *Entre as solicitudes:*

Sendo nosso ardente desejo ver o verdadeiro espírito cristão restaurado em todos os aspectos e preservado por todos os fiéis, julgamos necessário providenciar, antes de tudo, a santidade e a dignidade do templo, no qual os fiéis se reúnem para adquirir este espírito de sua fonte indispensável, que é a participação activa nos santos mistérios e na oração pública e solene da Igreja¹⁵

É importante notar a insistência de São Pio X na Sagrada Liturgia como a «fonte indispensável» da qual os fiéis adquirem o «verdadeiro espírito cristão», do qual brota a necessidade de a atender «antes de tudo». Isto não é senão uma consequência do primado teológico e pastoral da Sagrada Liturgia; algo que era evidente para Pio X e para os pioneiros do movimento litúrgico e que o Concílio Vaticano II reiteraria. A Sagrada Liturgia é a *culmen et fons vitæ et missionis ecclesiæ* – fonte e ápice da vida e missão da Igreja (cf. *Sacrosanctum Concilium* 10).

Há quase cem anos, um desses pioneiros, Dom Lambert Beauduin, procurou articular um programa de ação que aplicasse este princípio à vida de toda a Igreja em *La Piété de L'Église* (ET: *Liturgia: A Vida da Igreja*). Este pequeno livro é, em muitos aspectos, a carta fundamental do movimento litúrgico. Dom Beauduin afirmou:

É impossível... enfatizar demais o fato de que as almas que buscam a Deus devem associar-se o mais íntima e frequentemente possível a todas as manifestações de ... [a liturgia], e que os coloca directamente sob a influência do sacerdócio do próprio Jesus Cristo.

Essa é a lei primária da santidade das almas. Para todos iguais, sábios e ignorantes, crianças e adultos, leigos e religiosos, cristãos do primeiro e cristãos do século XX, líderes de uma vida activa ou contemplativa, para todos os fiéis da Igreja sem exceção, a maior participação activa e frequente possível em ... [a liturgia], segundo o modo prescrito nos cânones litúrgicos, é o caminho normal e infalível para uma piedade sólida, sã, abundante e verdadeiramente católica, que os torna filhos da sua santa mãe, a Igreja, no sentido mais pleno desta antiga e cristã frase.^{15 16}

¹⁵ R. Kevin Seasoltz OSB, *The New Liturgy: A Documentation 1903-1965*, Herder, Nova Iorque 1966, p. 4. O sublinhado é meu. O original é italiano: «Uma vez que é nosso desejo mais sincero que o verdadeiro espírito cristão floresça em todos os sentidos e se mantenha em todos os fiéis, é necessário, antes de mais, assegurar a santidade e a dignidade do templo, onde os fiéis se reúnem para haurir este espírito da sua fonte primeira e indispensável, que é a participação ativa nos mistérios sacrossantos e na oração pública e solene da Igreja»; *Acta Sanctæ Sedis*, vol. XXXVI, p. 331. O latim oficial: "Etenim nihil Nobis potius sit et vehementer optemus ut virtus christianæ religionis floreat et in omnibus Christifidelibus firmior sit, templi decori provideatur oportet, ubi Christicolæ congregantur ut hoc virtutis spiritu ex priore fonte fruuntur, quæ est participatio divinorum mysteriorum atque Ecclesiæ communium et solemnium precum;" *Acta Sanctæ Sedis*, vol. XXXVI, p. 388.

¹⁶ Lambert Beauduin OSB, *Liturgia a Vida da Igreja*, Abbey Press de São Miguel, Farnborough 2002, pp. 1516; "On ne saurait donc trop inculquer aux âmes qui cherchent Dieu de s'associer aussi intimement et aussi fréquemment que possible à toutes les manifestations de cette vie sacerdotale hiérarchique que nous venons décrire et qui nous met directement sous l'influence de sacerdoce de Jésus-Christ. Telle est la loi primordiale de la santeté des âmes. Pour tous, savants et ignorants, enfants et hommes faits, séculiers et religieux, chrétiens des premiers siècles et chrétiens de XXe, actifs et contemplatifs, pour tous les fidèles de l'Eglise catholique sans exception, La participation la plus ative et la plus fréquente possible à la vie sacerdotale de la hiérarchie visible, selon les modalités fixées par celle-ci dans son canon liturgique, constitue *Le régime normal*

Também aqui temos uma forte afirmação do primado e da objetividade da Sagrada Liturgia para a vida de cada cristão. Implícita nisso, embora muito ignorada na época, está a objetividade teológica da Sagrada Liturgia – aquela que entendemos pela máxima do século V de Prosper of Aquitaine *lex orandi, lex credendi*. O *Catecismo da Igreja Católica* ensina assim que « a Igreja crê enquanto reza. A liturgia é um elemento constitutivo da santa e viva Tradição» (n. 1124).

Como observamos acima, os próprios elementos dos ritos litúrgicos – as palavras, os gestos, os sons, as coisas, etc. – empregados na celebração desta santa e viva Tradição compartilham algo dessa objectividade. São sacramentais privilegiados que, embora possam desenvolver-se ou mesmo cair em desuso, não são arbitrária ou desproporcionalmente alterados ou descartados sem risco de prejudicar as realidades que comportam, sem risco de diminuir ou impedir a ligação com Aquele cuja acção salvífica no mundo de hoje é a Sagrada Liturgia. Esta é uma clara diferença entre a teologia litúrgica e sacramental católica e protestante, e temos de ter presente este princípio fundamental.

No segundo capítulo de *O Desenvolvimento Orgânico da Liturgia*, procurei demonstrar que, nas suas origens, o movimento litúrgico do século XX procurou reafirmar o primado da Sagrada Liturgia na vida espiritual através da reforma pastoral, não dos ritos litúrgicos em si, mas no que diz respeito à qualidade da celebração litúrgica e à capacidade dos povos de participarem nos ritos.¹⁷ Com efeito, os pioneiros do movimento litúrgico sabiam muito bem que a liturgia, tal como se desenvolveu na tradição, era teológica e pastoralmente rica. O seu desejo era simplesmente que todos os fiéis de Cristo, clero, religiosos e leigos, se conectassem plenamente e tirassem diariamente destas riquezas. Para isso, o movimento litúrgico trabalhou incansavelmente naquilo a que chamaríamos «formação litúrgica».

Neste contexto, surgiram oportunamente propostas de reforma ritual. Exigem um exame cuidadoso. Por vezes, é possível identificar propostas motivadas por uma conveniência pastoral ou antiquarianismo que teriam submetido desproporcionalmente a tradição litúrgica às necessidades aparentes da época, a modas eruditas passageiras ou a desejos ideológicos. O Papa Pio XII achou mesmo necessário abordar algumas destas preocupações na sua Carta Encíclica *Mediator Dei*, de 1947 (cf. Parte I, capítulo V).

Embora o movimento litúrgico tenha continuado o seu sólido trabalho e, de facto, enquanto a Santa Sé promulgou algumas reformas úteis (por exemplo, a restauração dos tempos autênticos da celebração dos Ofícios da Semana Santa), também é verdade que, na sua fase posterior, o desejo crescente e a agitação pela reforma ritual entre alguns activistas do movimento litúrgico corriam o risco de ultrapassar, se não mesmo ocluir, o trabalho indispensável da formação litúrgica. Alguns julgaram desejável tomar o atalho de conformar a Sagrada Liturgia às necessidades do homem moderno, em vez de lançar cuidadosamente as bases para o longo caminho de formação do homem moderno, para que ele pudesse ligar-se e tirar proveito das riquezas da tradição litúrgica desenvolvida da Igreja.¹⁸

Foi neste contexto misto que o projecto de Constituição sobre a Sagrada Liturgia foi elaborado e debatido no Concílio Vaticano II. Os princípios fundamentais da Constituição promulgada por Paulo VI em Dezembro de 1963 são certamente os da

et infallible qui assurera, dans l'Église du Christ, une piété solide, saine, abondante et vraiment catholique; qui fera de nous, dans toute la force de l'ancienne et si chrétienne expression, les enfants de notre Mère la sainte Église;" *La Piété de L'Église: Principes et Faits*, Abbaye du Mont-César & Abbaye de Maredsous, Lovaina, 1914, p. 8.

¹⁷ Ver, em particular, as citações de Dom Bernard Botte e Louis Bouyer na p. 81 (2ª ed. 2005).

¹⁸ Cf. Reid, *O Desenvolvimento Orgânico da Liturgia*, Capítulo 3.

circulação, como demonstra o artigo 14.º. Como sabemos, este artigo afirma claramente que a participação efectiva na Sagrada Liturgia é desejada para toda a Igreja. Mas insiste também na exigência de uma formação extensiva «no espírito e na força da liturgia» como *condição necessária* para alcançar tal participação.

Esta natureza e interdependência destes dois princípios fundamentais da Constituição tem sido largamente ignorada nas últimas cinco décadas e, suponho, resultou em interpretações erróneas da *Sacrosanctum Concilium*. Em vez de iniciar o trabalho de formação para preparar o terreno para uma participação mais fecunda na liturgia moderadamente reformada de acordo com os princípios subsidiários e dependentes da Constituição que se seguem, a pressa de fazer com que as pessoas se tornassem participantes litúrgicos levou demasiadas vezes a uma participação activista, em vez de uma participação efectiva na Sagrada Liturgia, construída sobre a areia movediça de reformas fáceis, em vez do sólido fundamento de uma cuidadosa formação litúrgica. De facto, tomando emprestadas as palavras do Padre Aidan Nichols OP, *a Sacrosanctum Concilium* «trazia em si, envolta na linguagem inócua do bem-estar pastoral, algumas sementes da sua própria destruição».19º

Ou seja, na pressa profana e indisciplinada de implementar reformas específicas, a reforma moderada para a qual os Padres conciliares pediram foi deixada para trás. Talvez o exemplo mais claro venha da pena do principal partidário da reforma pós-conciliar, o próprio arcebispo Bugnini, que escreveu: "Não se pode negar que o princípio, aprovado pelo Concílio, de usar os vernáculos recebeu uma interpretação ampla".20 – Interpretação muito ampla! Não há dúvida de que a Sagrada Liturgia, esse «elemento constitutivo da santa e viva Tradição», foi sujeita a mudanças não oficiais e a reformas oficiais por vezes altamente questionáveis,21 e que causaram confusão, se não escândalo, na vida de muitos fiéis católicos.22º

Diga-se claramente que, depois do Concílio, muita coisa, com e sem autorização, teve pouca ou nenhuma justificação no próprio Concílio ou mesmo nos nobres e sólidos objectivos do movimento litúrgico que a *Sacrosanctum Concilium* procurou subscrever e promover. As *minúcias* desta realidade histórica e as suas implicações devem ser consideradas alhures, mas não deixa de ser um facto que o desenvolvimento orgânico da liturgia exigido pelo Concílio (cf. SC n.º 23),23 não foi alcançado. Há elementos significativos de ruptura ritual e teológica.24 A jactância do arcebispo Bugnini de que, a respeito da reforma, o ditado "a fortuna favorece os corajosos" se tornou realidade, é em si mesma uma prova do espírito com que a Constituição foi oficialmente implementada.25 E o positivismo acríptico de confessos "leais ao Vaticano II", como Robert Taft SJ, que afirma que "o mandato para a reforma litúrgica foi aprovado pelo Concílio com uma esmagadora maioria, por isso é a tradição da Igreja Católica, goste-se ou não", simplesmente soa vazio.26º

19 Aidan Nichols OP, "Um Conto de Dois Documentos: *Sacrosanctum Concilium* e ainda *Mediador Dei*" em: Alcuin Reid, ed., *Um Papa e um Concílio sobre a Sagrada Liturgia*, Abbey Press de São Miguel, Farnborough 2002, p. 12.

20 Annibale Bugnini CM, *A Reforma da Liturgia 1948-1975*, Imprensa Litúrgica, Collegeville 1990, p. 110.

21 Talvez o mais revelador seja o desastre em torno da promulgação do novo em 1969 *Ordo Missae* Cf. António Cekada, *A Intervenção Ottaviani: Um Breve Estudo Crítico do Novo Ordo Missae*, Tan, Rockford, Illinois, 1992.

22 Ver: Reid, *Uma amarga provação*.

23 Relativamente ao artigo 23.º, cf. Alcuin Reid, "*Sacrosanctum Concilium* and the Organic Development of the Liturgy" in: Uwe Michael Lang, ed., *The Genius of the Roman Rite: Historical, Theological, and Pastoral Perspectives on Catholic Liturgy*, Hillenbrand Books, Chicago 2010, pp. 198-215.

24 Para um estudo incisivo da questão da ruptura teológica, ver: Lauren Pristas, *As Coletâneas dos Missais Romanos: Um Estudo Comparativo dos Domingos nas Épocas Próprias antes e depois do Concílio Vaticano II*, T&T Clark, Londres 2013.

25 Bugnini, *A Reforma da Liturgia*, pág. 11.

26 P. Robert Taft sobre a reforma litúrgica," Entrevista conduzida por Brian Cones, *Católico dos EUA* vol. 74, n.º 12, dezembro de 2009, (pp. 26-30), p. 27. Taft continua com um relato que é impressionante em seu revisionismo histórico: "Infelizmente... houve uma tentativa por parte de um grupo do que chamo de "neo-

À luz da crise litúrgica pós-conciliar que, dada a natureza da Sagrada Liturgia, foi e é uma crise que toca os próprios fundamentos da vida espiritual, pastoral e teológica da Igreja, levantaram-se vozes a favor de uma possível «reforma da reforma»,²⁷ ou mesmo, como vimos com o Cardeal Ratzinger, apelando a um possível novo movimento litúrgico.

Estes apelos não foram a favor, e os seus apoiantes não estão a promover, um "novo movimento litúrgico anti-Vaticano II", para usar a expressão recentemente cunhada por Massimo Faggioli.²⁸ Pelo contrário, eles — talvez me atrevo a dizer «nós» — procuram ler o Concílio numa hermenêutica de continuidade e não de ruptura, numa tentativa de avaliar criticamente a sua implementação de modo a alcançar mais fielmente a verdadeira reforma que desejava. A transformação do «Concílio como «acontecimento» num ídolo é demasiado evidente nos escritos de Faggioli e dos seus mentores,²⁹ e conduz a uma atrofia da faculdade crítica no que diz respeito à sua implementação, através da qual as políticas e as decisões prudenciais são elevadas a dogmas irreformáveis. Isto está errado. Os princípios fundamentais do Conselho mantêm-se — pelos seus méritos — e hoje somos livres de perguntar se a sua implementação foi fiel ou se necessita de ser corrigida. Com efeito, somos livres de perguntar se outras medidas ou políticas poderão ser necessárias para a alteração das nossas circunstâncias cinquenta anos mais tarde, e se algumas das políticas contingentes do Conselho poderão agora ter perdido a sua relevância.

A Reforma Litúrgica de Bento XVI

A eleição para o papado do Cardeal Joseph Ratzinger deu um grande impulso a estas considerações. O discurso seminal do Papa Bento XVI à Cúria Romana, de 22 de Dezembro de 2005, deu à Igreja o vocabulário de "uma hermenêutica de descontinuidade e ruptura" e de uma "hermenêutica de reforma", de renovação na continuidade do único sujeito-Igreja que o Senhor nos deu", com a qual abordar a crise pós-conciliar, litúrgica ou não. Esta distinção é, naturalmente, a do próprio homem e assenta nos seus méritos. O facto de ter sido amplamente adoptada — e muito contestada por alguns — sugere que toca numa questão central na interpretação do Conselho — onde quer que se esteja.

Esta hermenêutica fundamentou o que podemos chamar de "reforma litúrgica de Bento XVI". As suas iniciativas litúrgicas foram multifacetadas. Em primeiro lugar, o seu exemplo litúrgico pessoal usou a visibilidade mundial que vem com o ofício papal para oferecer à Igreja uma aula magna sobre como qualquer ministro litúrgico deve colocar Cristo e Sua acção na Sagrada Liturgia em primeiro lugar e a pessoa do celebrante em segundo. Depois, a seu tempo, procurou estabelecer uma continuidade mais tangível no modo das celebrações litúrgicas papais — talvez mais proeminentemente no que ficou conhecido como o "arranjo beneditino" do altar. Sua celebração do

contras" para retratar as reformas do Vaticano II como algo que foi imposto à igreja por uma pequena minoria de profissionais contrários à vontade de muitas pessoas na igreja. É o que conhecemos em vernáculo como calúnia. As reformas do Concílio foram levadas a cabo sob o Papa Paulo VI num espírito de total colegialidade. Todas as sugestões de adaptação, mudança ou modificação foram enviadas a todos os bispos católicos do mundo, e as respostas que chegaram foram tratadas com o máximo respeito. Quando as mudanças eram severamente questionadas ou combatidas por um grande número de bispos, elas eram revistas de acordo com a vontade dos bispos e depois enviadas de volta. Portanto, a noção de que a reforma litúrgica foi de alguma forma forçada a uma igreja desconhecida por algum grupo de 'liturgistas', como se isso fosse uma palavra suja, é uma mentira, e isso precisa ser dito."

²⁷ Ver: Thomas M. Kocik, *A reforma da reforma? Um Debate Litúrgico: Reforma ou Retorno*, Inácio, São Francisco 2003.

²⁸ Massimo Faggioli, *Verdadeira Reforma: Liturgia e Eclesiologia na Sacrosanctum Concilium*, Imprensa Litúrgica, Collegeville 2012, pp. 16-17.

²⁹ Ver: John W. O'Malley SJ, *O que aconteceu no Vaticano II*, Harvard, Cambridge, Massachusetts, 2008.

a sua lembrança de que a Sagrada Comunhão é normalmente recebida de joelhos e na língua eram faróis significativos de continuidade. Insistiu na correcção de práticas erróneas e na observância da disciplina litúrgica, ousando até mesmo abordar a questão das celebrações litúrgicas do Caminho Neocatecumenal. Assim também ele insistiu na fidelidade à tradição litúrgica recebida em questões como a tradução das palavras *pro multis* nas palavras de consagração.³⁰

Bento XVI também ensinou sobre a Sagrada Liturgia, com destaque para a Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*, de 2007, com a sua suave mas clara reafirmação do papel integral da beleza na liturgia (n. 35), a sua exposição da *ars celebrandi* (nn. 38-42), incluindo a sua franca avaliação de que "no que diz respeito à liturgia, não podemos dizer que um cântico é tão bom como outro" e a sua reafirmação do canto gregoriano como "o canto próprio de a liturgia romana» (n.º 42), e a sua elucidação da autêntica participação litúrgica (n.ºs 52-63).

E realizou dois actos significativos de governo litúrgico. O primeiro, o seu Motu Proprio *Summorum Pontificum* de 2007, que estabelecia na lei que o uso mais antigo do rito romano, o *usus antiquior*, "permanece sagrado e grande para nós também, e não pode ser de repente totalmente proibido ou mesmo considerado prejudicial".³¹

Ouvimos recentemente o Papa Francisco falar do "risco da ideologização do *Vetus Ordo*, da sua exploração" como preocupante.³² Seja o que for que o Santo Padre quis dizer com isto, é verdade que muitas reacções ao *Summorum Pontificum* revelaram uma ideologização do *Novus Ordo* que é mais do que preocupante no seu conceito estreito, se não fechado, de tradição litúrgica.

Se o *Summorum Pontificum* serviu apenas para quebrar a ilusão generalizada das últimas décadas de que a verdadeira liturgia só se encontra na Igreja primitiva e depois do Concílio Vaticano II, serviu bem a Igreja. Mas, como já sabemos, fez muito mais, particularmente no que diz respeito à «reconciliação interior no coração da Igreja» e através de um enriquecimento «mútuo» não oficial (ainda que predominantemente unidireccional) entre os ritos mais antigos e os mais recentes.³³

O segundo acto significativo de governo com substancial importância litúrgica foi a Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus* de 2009, que previa que os Ordinariados Pessoais para Anglicanos entrassem em plena comunhão com a Igreja Católica. Bento XVI permitiu-lhes "manter as tradições litúrgicas, espirituais e pastorais da Comunhão Anglicana dentro da Igreja Católica, como dom precioso que alimenta a fé dos membros do Ordinariado e como tesouro a partilhar".³⁴ Sublinhou assim a legítima diversidade possível da liturgia católica ocidental, preservando a sua unidade substancial e, neste caso, acolhendo tesouros desenvolvidos fora (embora derivando) da tradição litúrgica ocidental mais ampla. A introdução do *Ordo Missae* desenvolvido para os Ordinariatos na semana passada é talvez o exemplo mais claro disso até à data.

Para um pontificado relativamente breve houve, de facto, uma reforma litúrgica significativa. No entanto, por mais que estejamos em dívida com ele como Pai do novo movimento litúrgico pela sua liderança, exemplo e governação, é preciso dizer que o movimento não é nem deve tornar-se um culto à personalidade de Bento XVI. A sua importância reside no uso do seu cargo para articular princípios sólidos para a vida litúrgica da Igreja, princípios consonantes com a tradição litúrgica da Igreja, que o Concílio Vaticano II reconheceu, por sua vez, mas princípios que também se baseiam na

³⁰ Ver ainda: Alcuin Reid, "A Reforma Litúrgica de Bento XVI" in: Neil J. Roy & Janet E. Rutherford, eds., *Bento XVI e a Sagrada Liturgia*, Four Courts, Dublin, 2010, pp. 156-180.

³¹ Bento XVI, Carta aos Bispos por ocasião da publicação de *Summorum Pontificum*, 7 de julho de 2007.

³² Antonio Spadaro SJ, Entrevista "Um grande coração aberto a Deus," *América* 30 de setembro de 2013.

³³ Cf. Bento XVI, Carta aos Bispos por ocasião da publicação de *Summorum Pontificum*.

³⁴ Bento XVI, Constituição Apostólica *Anglicanorum Coetibus*, 4 de Novembro de 2009, III.

experiência das décadas pós-conciliares e da mudança das circunstâncias da Igreja e do mundo no início do século XXI.

Princípios e Caminhos para o Novo Movimento Litúrgico

É para o exame destes princípios e de alguns caminhos para o novo movimento litúrgico de hoje que devemos agora voltar-nos.

Em primeiro lugar, devemos ser absolutamente claros sobre o que é a Sagrada Liturgia. Devemos ter uma teologia litúrgica verdadeiramente católica que evite os erros horizontalistas, se não protestantes, que infectaram demasiadas reformas e escolhas litúrgicas nas últimas décadas. Porque a Sagrada Liturgia é obra de Cristo, não nossa. Nela e através dela estamos imersos no triunfo absoluto de Cristo ressuscitado sobre a morte, que se renova diariamente nos nossos altares na Missa e é celebrado nos outros ritos litúrgicos. Não construímos isto – celebramo-lo tão dignamente quanto possível, com respeito e humildade pelo seu conteúdo e pelas suas formas, mesmo pelas suas pequenas regras, que recebemos.

A liturgia católica é um triunfalismo cristão verdadeiramente evangélico: nada mais é do que a celebração da verdade do Evangelho que as sombras mais escuras da cruz são lançadas pela luz da ressurreição, na qual os baptizados caminham na esperança e da qual somos enviados encarregados do dever solene de levar os outros a participar do seu poder salvífico.

Ao celebrarmos esta realidade ritualmente liturgicamente, ao ousarmos fazer o máximo que pudermos como exorta S. Tomás de Aquino,³⁵ não estamos a praticar nenhuma actividade pelagiana ou semipelagiana que procure merecer a graça de Deus. Não, estamos cooperando e dando testemunho da graça estabelecida em nós no Santo Baptismo que, para as criaturas de carne e osso, e das psiques humanas, emprega justamente pontos multivalentes de conexão com a acção Daquele que Ele mesmo se fez carne para a nossa salvação. Estes pontos de conectividade – os nossos ritos e orações desenvolvidos na tradição – são sagrados por facilitarem sacramentalmente este encontro salvífico.

Em segundo lugar, devemos reafirmar a natureza verdadeiramente pastoral da autêntica liturgia. Como um amigo gosta de perguntar: "Alguém me diria precisamente que liturgia *não* é pastoral?" Por muito tempo, usamos o adjectivo "pastoral" para significar "banalização" [ing. "domkey-down"]. E isso é simplesmente inaceitável.

Pastorear, no sentido cristão, significa conduzir o rebanho para as alegrias intermináveis do céu. Não sei como é que a *banalização* da liturgia, da música da igreja, da arte, da arquitectura, etc. serve este fim. A verdadeira liturgia, a liturgia da Igreja, celebrada plenamente e tão bem quanto nós somos capazes, como a Igreja pretende que seja celebrada, é verdadeiramente liturgia pastoral, porque só ela alimenta, cura e sustenta de modo ideal a vida de Cristo dentro de nós.

De facto, devemos afirmar a importância pastoral da *ars celebrandi* – da fidelidade às normas litúrgicas, do compromisso com a beleza na liturgia, de ir além do minimalismo de simplesmente fazer

Quando tivermos clareza da verdadeira natureza teológica e pastoral da liturgia católica, podemos então promover aquela *participatio atuosa* para a qual o Concílio Vaticano II chamou. Mas, como disse acima e tentei argumentar no meu artigo na *Sacra Liturgia 2013* em Junho passado, a formação generalizada no espírito e no poder da Sagrada Liturgia é a pré-condição necessária para tal participação,³⁶ e ignoramos isso por nossa conta e risco.

O trabalho de formação litúrgica deve, pois, ser outra marca distintiva do novo movimento litúrgico. Não se trata essencialmente de um esforço académico ou técnico. Trata-se, antes, de facilitar nos corações e nas mentes a descoberta dos caminhos da liturgia — trata-se, antes de mais, de formação, vivendo a liturgia, imergindo nela, reconhecendo, conhecendo e entrando numa relação mais profunda com o belo rosto de Cristo que ali actua, na sua Igreja reunida no culto. Como um padre amigo me escreveu recentemente: "Mudamos de opinião, mas precisamos mudar os corações e encontrar uma maneira de fazer com que as pessoas *amem* a liturgia tanto quanto desejamos que elas a apreciem intelectual e esteticamente".

Para isso, eu diria que precisamos urgentemente de um *reparo*, de uma revisitação do melhor das origens do movimento litúrgico do século XX — os escritos e as práticas, os esforços e a visão pastoral de seus pioneiros e Padres, particularmente Dom Beauduin,³⁷ Dom Maurice Festugiere,³⁸ Dom Idelfons Herwegen,³⁹ Romano Guardini,⁴⁰ Dom Virgil Michel,⁴¹ e outros.⁴² Eles têm muito a nos ensinar hoje.

Quando o fizermos, e só então, teremos facilitado a *participatio atuosa*, que é necessariamente conseqüente à sã teologia litúrgica e a uma boa *ars celebrandi*. As celebrações litúrgicas em que participamos devem ser consentâneas e fundadas em sólidos princípios litúrgicos e teológicos, e não ritos esvaziados do seu conteúdo para facilitar a participação, como tem acontecido com demasiada frequência.

A quarta área de actividade do novo movimento litúrgico que proponho é a promoção da riqueza e da amplitude da tradição litúrgica ocidental. *Summorum Pontificum* e *Anglicanorum Coetibus* prepararam-nos bem para esta tarefa, que inclui visitar os tesouros das liturgias das ordens religiosas e das sedes primaciais que foram tão clinicamente descartados após o Concílio: "O que as gerações anteriores consideravam sagrado, permanece sagrado e grande também para nós".⁴³

Em quinto lugar, devemos insistir em que a reforma em continuidade, e não a ruptura, é condição *sine qua non* do desenvolvimento litúrgico católico. Trata-se, necessariamente, de reler a *Sacrosanctum Concilium* e a sua

³⁶ "Spiritu et virtutæ Liturgiæ penitus imbuantur"- *Sacrosanctum Concilium* e Formação Litúrgica", Comunicação entregue à *Sacra Liturgia 2013*, Pontifícia Universidade de Santa Croce, Roma, 27 de Junho de 2013. As actas serão publicadas pela Ignatius Press.

³⁷ Lambert Beauduin OSB, *La Piété de L'Eglise : Principes et Faits*, Abbaye du Mont-César & Abbaye de Maredsous, Lovaina 1914. Foi publicado em tradução inglesa em 1926 pela Imprensa Litúrgica como *Liturgia a Vida da Igreja*. A edição mais recente, editada pelo atual autor, foi publicada em 2002 pela St Michael's Abbey Press, Farnborough.

³⁸ Maurice Festugière OSB, *A Liturgia Católica: Essai de Synthèse*, Abbaye de Maredsous 1913.

³⁹ Idelfons Herwegen, *Das Kunstprinzip in der Liturgie*, [Editora?], Paderborn 1912; *Beleza interior da liturgia*, Liturgical Press, Cohegeville 1955, publicado como *A Arte-Princípio da Liturgia* pela mesma editora em 1931.

⁴⁰ Romano Guardini, *O Espírito da Liturgia*, Sheed & Ward, Londres, 1930; *Sinais Sagrados*, Sheed & Ward, Londres, 1937; *Liturgische Builndung*, Deutsches Quickbornhaus, Burg Rothenfels am Main, 1923; *Formação litúrgica*, 1988; "Uma Carta de Romano Guardini" em: *Correspondência Herder*, Edição Especial, 1964, pp. 24-26.

⁴¹ Virgílio Michel OSB, *A Liturgia da Igreja: Segundo o Rito Romano*, Macmillan, Nova Iorque, 1938.

⁴² Por exemplo: Emmanuele Caronti OSB, *Piedade litúrgica*, Libreria del Sacro Cuore, Turim 1920; *O Espírito da Liturgia*, Imprensa Litúrgica, Collegeville, 1926.

⁴³ Bento XVI, Carta aos Bispos por ocasião da publicação de *Summorum Pontificum*, 7 de julho de 2007.

descendência mutante à luz desta hermenêutica. Tal leitura indicar-nos-á mais claramente os caminhos necessários para qualquer futura reforma da reforma, cuja necessidade não está morta porque alguns liturgistas pensam que o actual Papa pode não querer prosseguir-la, mas que, de facto, é cada vez mais premente por fidelidade à tradição litúrgica, por fidelidade ao Concílio e também à luz das urgentes necessidades pastorais de hoje.

Finalmente, o novo movimento litúrgico deve rejeitar o positivismo e o ultramontanismo de que se falava anteriormente. "O que você gostaria que o 'Conselho dos Cardeais' fizesse com a liturgia?", lemos em um post no *blog Pray Tell* em 30 de Setembro de 2013. Mas não cabe aos cardeais, papas, bispos, ou qualquer um de nós, *fazer coisas com a liturgia*. Pelo contrário, é nosso privilégio e dever *fazer a liturgia* tal como ela nos foi transmitida e permitir-lhe, de facto, permitir que Cristo agindo nela e através dela, faça as coisas connosco!

Com efeito, quando digo «vou mudar a liturgia», há muito que perdi aquele «respeito religioso pelo mistério da liturgia» de que fala o *Catecismo*. Não. Devo celebrar a liturgia fielmente e tão plenamente quanto posso. Se estou numa posição de autoridade, a minha responsabilidade não é moldar a liturgia de acordo com as preferências ou ideologias prevaletentes — as minhas ou as dos outros —, mas cuidar dela como guardião, zelar por que seja fielmente celebrada e transmitida e, sim, talvez também supervisionar cuidadosamente o seu desenvolvimento legítimo ou mesmo corrigir práticas erradas.

Conclusão

A validade destes princípios não depende de nenhuma personalidade ou papa. Sim, fomos providencialmente abençoados na pessoa, no ensino, no governo e no exemplo de Bento XVI. Que ele seja recompensado por tudo o que fez.

Mas o dele está aposentado agora. O nosso Santo Padre, o Papa Francisco, a quem, como católicos, devemos a devida lealdade e obediência, é um homem diferente, com prioridades diferentes, e estou certo de que estamos unidos na oração para que Deus Todo-Poderoso lhe dê toda a força e sabedoria necessárias para governar sabiamente a Igreja no nosso tempo.

Entretanto, a obra do novo movimento litúrgico prossegue, porque se funda em princípios sólidos e de valor duradouro para a Igreja.

Podemos lamentar a perda da liderança do Papa Bento XVI. Certamente — como as crianças — recordamos com carinho tudo o que Ele nos deu. Mas, como as crianças eventualmente têm que fazer, nós — a próxima geração do novo movimento litúrgico — devemos agora carregar o fardo do dia. De acordo com as diferentes vocações e dons que Deus Todo-Poderoso deu a cada um de nós, temos esta responsabilidade. Nos nossos esforços para cumprir fielmente este dever nos próximos anos, deixemos muito orgulhoso o amado pai do novo movimento litúrgico, Bento XVI!